



CARLOS SANTIAGO
csantiago@jj.com.br

Atraso

Apesar de o painel registrar 18 vereadores presentes, a sessão ordinária de ontem só tinha cinco parlamentares quando foi aberta pelo presidente Gustavo Martinelli. Além dele próprio, estavam no plenário Wagner Ligabó, Pastor Roberto Conde, Leandro Palmarini e Paulo Sérgio Martins. Os outros ingressaram no recinto em conjunto, vindos do Salão Nobre.

Sem guerra

Os vereadores de Jundiá se manifestaram na sessão ordinária de ontem (23) a respeito do que alguns chamaram de 'clima hostil', que, segundo eles, parece anteceder a audiência pública marcada para amanhã (25), às 19h, quando será discutido o projeto de lei que proíbe a venda de fogos de artifício com estampido no município - e pediram 'serenidade' nas discussões.

Santa Rita

Os 20 anos da Paróquia Santa Rita de Cássia, em Jundiá, completados em 22 de maio, foram lembrados ontem na Câmara Municipal. O pároco Antônio Carlos dos Santos foi à tribuna, durante a sessão ordinária desta terça-feira (23), para agradecer a homenagem prestada pelos vereadores e contar uma breve história do surgimento da Paróquia.

Cópia e cola

O vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) apelou para uma expressão manjadíssima para mostrar descontentamento com os argumentos do Executivo que embasam os vetos enviados. "Chega de control C e control V", disse. A crítica era para o seguinte texto: "A Câmara, não se permite projeto que cause aumento de despesa ao município".

Debate

O ex-vereador do PSD, Gerson Sartori, faz debate nesta quarta-feira (24), a partir das 10 horas, na sede do Sindicato da Alimentação e Bebidas de Jundiá e Região (rua Otelio Caiuby, 30 Jardim Cica). O tema aborda as manifestações em Brasília. Sartori era um dos nomes mais tradicionais do Partido dos Trabalhadores (PT) jundiainense.

Medalha

O deputado estadual Junior Aprillanti (PSB) esteve na sede da Confederação da Indústria do Estado de São Paulo (Ciesp-Jundiá) para receber a imposição da Medalha Constitucionalista, importante honraria entregue pela corporação da Polícia Militar da Região, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados pelo parlamentar em prol do desenvolvimento e fortalecimento da sociedade paulista.

SESSÃO ORDINÁRIA

Projeto de lei do vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) é voltado a vítimas idosas, mulheres, crianças e adolescentes

Notificação compulsória em casos de violência é aprovada

CARLOS SANTIAGO
csantiago@jj.com.br

Os vereadores jundiainenses aprovaram, na sessão ordinária realizada nesta terça-feira (23), projeto de lei 12.254/2017, de Paulo Sérgio Martins (PPS), que institui a notificação compulsória de violência para casos em que as vítimas sejam idosos; mulheres; crianças e adolescentes; que tenham gênero sexual distinto do nascimento; sejam portadores do vírus HIV, tenham sofrido racismo ou crime por conta de sua opção religiosa.

Segundo o autor do projeto, a polícia não fica sabendo de cerca de 30% dos casos de violência. "E em outros 30%, a violência acaba levando a vítima à morte", afirma o vereador-delegado.

De acordo com o parlamentar, com a notificação compulsória por violência (NCV), os casos serão levados a conhecimento de polícia, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar (se for o caso) e Defensoria Pública.

"É preciso que a polícia tome conhecimento de um crime. Quem não comunica crime, comete um crime também", prossegue Paulo Sérgio. "As entidades ou profissionais



PARÓQUIA SANTA RITA Pároco Antônio Carlos dos Santos, da Paróquia Santa Rita de Cássia, recebeu homenagem dos vereadores

ficam obrigadas a comunicar, sob pena de cometer crime de responsabilidade", acrescenta lembrando inúmeros casos de crianças que chegam com braço quebrado em hospitais, vítimas de violência doméstica, e que não há qualquer notificação. E o autor acaba impune. Ou de filhos que abandonam os pais. Ou de brigas dentro de

escolas, fazendo alunos de vítimas. E cujos autores também ficam impunes.

O projeto foi aprovado com 13 votos favoráveis, duas abstenções (Marcelo Gastaldo e Dr. Ligabó) e três 'não' (Antônio Carlos Albino, Rogério Silva e Valdeci Vilar).

O que provocou debates acalorados, no entanto, foi a ter-

minologia 'comunidade LGBT', que o autor propunha ao projeto - e que foi derrubada por emenda proposta pelo vereador Rogério Silva (PHS). No texto original, o inciso V do art. 1º descrevia 'pessoa da comunidade LGBT'. A emenda aprovada modificou para 'o homossexual ou qualquer pessoa que tenha a opção sexual dife-

rente do sexo determinado em sua certidão de nascimento'.

Agora, o próprio Paulo Sérgio espera que o projeto sofra veto total. E já prevê nova 'batalha' em plenário.

Mais projetos

Outros projetos aprovados foram o 12.110/2016 (de Valdeci Vilar, PTB), incluindo no Calendário Municipal o "Dia dos Pais"; 12.190/2017, de Douglas Medeiros (PP), instituindo a "Campanha de Valorização do Professor e Combate à Violência no Ambiente Escolar"; 12.239/2017 (de Cícero da Saúde, do PROS), tornando orgânicas as hortas das escolas municipais.

Foram derrubados vetos a dois projetos: ao 12.188 (de Wagner Ligabó, PPS), prevendo vistorias periódicas em marquises e sacadas; e o 12.207, de Cícero da Saúde, prevendo agendamento telefônico de consultas para pessoas idosas, com deficiência ou mobilidade reduzida.

Foi aprovada, ainda, moção de repúdio (de autoria de Márcio Cabeleireiro, PMDB), que será encaminhada ao governo do Estado, por 'propaganda veiculada nos canais de televisão, nas rádios e nos sítios da internet sobre Jundiá pertencer à Região de Sorocaba'.

SENADO

Sessão da reforma teve bate-boca

O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) entregou nesta terça-feira (23) à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o parecer dele sobre a reforma trabalhista, favorável à aprovação do projeto.

Logo após a entrega, estava prevista a apresentação do relatório, mas

um bate-boca entre parlamentares da oposição e o relator fizeram o presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), suspender a sessão.

No documento entregue nesta terça, Ricardo Ferraço não sugeriu alterações ao texto aprovado pela Câmara, mas propôs al-

gumas mudanças, por meio de vetos presidenciais e medida provisória, a ser editada pelo Poder Executivo. Antes de ir ao plenário do Senado, a proposta ainda será analisada pelas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. (Das Agências)

NO STF

Maluf é condenado por lavagem de dinheiro

Os ministros da Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) votaram por condenar o deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) a 7 anos, 9 meses e 10 dias de prisão em regime fechado por crimes de lavagem de dinheiro. Maluf ainda pode recorrer. Além disso, os magistrados definiram que, por causa da condenação, ele deve perder o mandato parlamentar e, portanto, a Mesa da Câmara dos Deputados será notificada.

A Câmara só é notificada depois da decisão ser publicada no Diário de Justiça Eletrônico, que deve ocorrer em até 60 dias. Depois disso, a defesa é notificada e pode entrar com recurso no Supremo.

Ele também foi condenado a pagar 248 dias multa no valor de cinco vezes o salário mínimo vigente à época dos fatos, em 2006, e aumentado em três vezes. Os ministros decidiram que Maluf também deve se afastar da administração de empresas, seja em cargo de direção, integrante de conselho de administração ou de gerência das pessoas jurídicas citadas na lei

de combate à lavagem de dinheiro pelo dobro do tempo da pena de prisão. As penas, no entanto, só começam a ser cumpridas depois que o processo transitar em julgado, ou seja, não houver possibilidade de recursos. Em eventual recurso, o político pode alegar que tem idade avançada para ser preso. Ele tem 85 anos.

Por 4 a 1, os ministros entenderam que Maluf ocultou e dissimulou dinheiro desviado da construção da avenida Água Espraiada enquanto era prefeito de São Paulo (1993 a 1996). O esquema de corrupção utilizou transações no exterior para repatriar os desvios, segundo o Ministério Público Federal.

Três dos cinco magistrados seguiram o voto do relator, Edson Fachin: Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e Luiz Fux. Já Marco Aurélio foi contra, pois o crime que originou a lavagem de dinheiro prescreveu. O MPF responsabilizou Maluf por desvios de mais de US\$ 172 mi e parte dos crimes já foi prescrita. Fachin considerou apenas desvios na ordem de US\$ 15 mi.

ÁUDIO DE TEMER

Perícia pode durar até 30 dias

A Polícia Federal avisou ao ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), que a perícia nos áudios que registraram a conversa do presidente Michel Temer com o empresário Joesley Batista pode demorar até 30 dias para ser concluída.

No ofício, enviado pelo delegado Josélio Azevedo de Souza, o perito Gêtúlio de Menezes Bento, chefe do serviço de perícia audiovisual e eletrônica do órgão, diz que o exame dos áudios com diálogos de Joesley com outros interlocutores, co-

mo Aécio Neves, pode demorar mais: até 60 dias.

Fachin enviou cópia do ofício a gabinetes de outros colegas do STF.

O prazo dá novo fôlego a Temer, que tenta ganhar tempo para permanecer no cargo. (Folhapress)

PROPINA

Loures devolve mala faltando R\$ 35 mil

A mala de dinheiro que estava em poder do deputado afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) foi entregue para a Polícia Federal sem o valor total do dinheiro supostamente pago pela JBS.

Um dos auxiliares mais próximos do presidente Michel Temer, Rocha Loures foi acusado por Joesley Batista de ter recebido R\$ 500 mil de propina. Os advogados do político

devolveram a bagagem à superintendência da Polícia Federal em São Paulo na noite de segunda (22).

No entanto, documento da PF informa que havia 9.300 cédulas de R\$ 50 em uma mala "de cor predominantemente preta", no valor total de R\$ 465 mil.

Ou seja, faltam R\$ 35 mil do total entregue e relatado pelos delatores.

Joesley disse que Rocha Loures foi indicado pelo pre-

sidente para tratar de assuntos de interesse da JBS.

Temer é investigado junto com Rocha Loures em inquérito aberto pelo ministro Edson Fachin no STF (Supremo Tribunal Federal).

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) também é alvo do inquérito, que apura se eles cometeram crimes de corrupção passiva, embaraço à investigação da Lava Jato e organização criminosa. (Folhapress)